



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr - ISSN 2175-960X

GESTÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

**EDICLÉA MASCARENHAS FERNANDES- SME/
PREFEITURA
DE DUQUE DE CAXIAS¹**

**MARILANI BRÍGIDA PIO- SME/
PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS²**

**FLAVIA MENEZES DOS S. BATISTA SME/ PREFEITURA
DE DUQUE DE CAXIAS³**

**VERÔNICA MORAES FERREIRA SME/ PREFEITURA
DE DUQUE DE CAXIAS⁴**

Justificativa

Este trabalho apresenta o Modelo de Gestão da Educação Especial da Prefeitura de Duque de Caxias iniciado em janeiro de 2009 dentro das concepções teóricas norteadoras da Educação Inclusiva, trazendo também uma análise longitudinal de trinta anos de trajetória deste serviço.

A história da Educação Especial brasileira atravessou momentos paradigmáticos bastante marcantes em relação ao atendimento a educandos com um inicial que se estruturou a partir da concepção da criação de escolas especiais, que remonta ao Brasil Império com a criação das e a seguir no início do século passado de escolas especiais nas instituições para alunos com deficiência intelectual. A partir de 1974 com a criação do Centro Nacional de Educação Especial os sistemas de ensino começam a organizar seus serviços de atendimento a estes educandos, dentro de um modelo denominado como “integração”, que se pautava em princípios ideológicos de adequação dos alunos com deficiências e necessidades especiais às escolas e aos sistemas de avaliação. Neste modelo poucas mudanças ocorriam nos espaços escolares, na avaliação e na atitude educacional em relação a estes educandos. Neste modelo de integração os profissionais de Educação Especial e seus alunos eram fechados como uma espécie de “gueto” institucional, ou seja, o aluno com deficiência era uma questão para os professores e equipes da Educação Especial e, não uma questão para o coletivo de profissionais da escola, a Educação Especial era um sistema paralelo à Escola Regular.

¹ Coordenadora de Educação Especial da Secretaria de Educação de Duque de Caxias- Professora Adjunta da Faculdade de Educação/ UERJ- Doutora em Ciências (FIOCRUZ)- Mestre em Educação (UERJ)- Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias -Rua Prefeito José Carlos Lacerda s/nº Bairro 25 de Agosto- Duque de Caxias- CEP 25000- professoraediclea.uerj@gmail.com

² Consultora da equipe da Coordenadoria de Educação Especial- Pedagoga e Especialista em Educação Especial (UNIGRANRIO)- Terapeuta Familiar (CEFAI)

³ Orientadora Pedagógica da Escola Municipal Tancredo Neves- flaviamsb@ig.com.br

⁴ Orientadora Educacional da Escola Municipal Tancredo Neves- veronicamf@oi.com.br



Foi a partir da década de 1990 até os dias atuais que o paradigma da Escola Inclusiva vem se intensificando no cenário da Educação Brasileira, fruto de avanços nas discussões acerca de direitos humanos e na constatação de que o modelo de integração pouco contribuiu para o acesso e permanência destes alunos nos espaços escolares.

Existe uma lacuna em estudos longitudinais acerca do processo evolutivo de políticas públicas educacionais no Brasil. Geralmente a descontinuidade política e a ausência de pesquisas impossibilitam tal aprofundamento. O município de Duque de Caxias no Rio de Janeiro é um local promissor para este estudo de evolução de política pública em Educação Especial por ter trinta anos ininterruptos de gestão nesta área.

Revisitando a História da Educação Especial no Município de Duque de Caxias

A Educação Especial foi implantada no município de Duque de Caxias em 1979 como um desdobramento do Serviço de Orientação Educacional para dar conta do grande número de alunos com mais de três anos de repetência nas séries iniciais. Foram implantadas classes especiais em unidades da rede para alunos com deficiência mental (terminologia utilizada nesta época) e alunos com deficiência auditiva. Vale ressaltar que o município de Duque de Caxias foi um dos primeiros a implantar este serviço, quatro anos após o Ministério de Educação ter implantado o Centro Nacional de Educação Especial.

Em 1989 o sistema educacional do município passou por uma transformação teórica que repercutiu de forma contundente na práxis pedagógica adotada até então. Nesta época os estudos do construtivismo e do sócio-interacionismo permitiam análises críticas em relação a questões como fracasso escolar e alunos indicados para a educação especial, etc. As pesquisas de Schneider (1974), Paschoalick (1981), Yamamoto (1990) foram decisivas para a emergência da necessidade de se estabelecer uma revisão da rede. Estes estudos apontavam para a necessidade dos sistemas de ensino reverem a situação das equipes de Educação Especial, que muitas vezes serviam para classificar, rotular e estigmatizar alunos que fracassavam nas séries iniciais devido ao próprio fracasso deste mesmo sistema.

Em pesquisa participante desenvolvida por Fernandes (1991) desenvolvida durante três anos na rede constatou-se a visão descrita por Paschoalick (1981) como a visão de espelho, ou seja, a Educação Especial existia para atender aos alunos com “fracasso escolar”. Constatou-se, por exemplo, que a maior parte dos alunos nas classes especiais para alunos com deficiência mental (termo usado nesta época) eram alunos repetentes com problemas de aprendizado. Nesta época o sistema abriu-se para receber alunos com deficiência intelectual de causa síndrômica, metabólica ou ambiental e receber outros com autismo, deficiência visual e múltipla. Iniciou-se também um Projeto Repensando a Alfabetização, no sentido de se reconhecer que o fracasso escolar deveria ser entendido como questões relativas ao aprendizado, mas também aos processos de ensino destes educandos envolvendo as teorias de alfabetização, a práxis pedagógica. A pesquisa participante envolvendo tanto a comunidade escolar, bem como as famílias e instituições, através de fóruns e seminários organizados pela Educação Especial trouxe, naquele momento, repercussões na comunidade como a criação do Conselho de Defesa da Pessoa com Deficiência (1989) e a Divisão de Atendimento a Pessoa com Deficiência (1991),



vinculados à Secretaria de Assistência Social. Um novo estudo longitudinal foi desenvolvido no período de 1997 a 2000, em que Fernandes (2000) fundamentada nos princípios da Educação Inclusiva e no modelo ecológico de atendimento à pessoa com deficiência da Associação Americana de Deficiência Intelectual apresenta um modelo multidisciplinar na comunidade de Barro Branco de Duque de Caxias envolvendo profissionais da educação, saúde, assistência social na organização de um modelo multidisciplinar de atendimento na comunidade.

A atual proposta de Gestão para Educação Especial na perspectiva da Inclusão: Da lógica do “especial” à lógica do “inclusivo”:

No início de 2009, com a mudança de governo, o Grupo de Trabalho da SME de Duque de Caxias vem desenhando uma política de trabalho pautada na interação dos setores em prol da garantia da inclusão social dos alunos através de metodologias inovadoras buscando parcerias com Universidades, Instituições Governamentais e Não Governamentais e na meta da expansão do horário de aluno na escola. Através de um grupo de trabalho integrado os setores discutem questões e propõem soluções de forma transversal, por exemplo, a questão da acessibilidade física e comunicacional não deve ser uma questão solitária para a Educação Especial, mas é perpassada por todos os setores da SME. A organização do Plano Plurianual de Educação vem seguindo esta mesma lógica de trabalho.

Neste sentido, a Coordenação de Educação Especial para garantir o A atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva concebe a Educação Especial como sistema de apoio, de atendimento educacional especializado à Educação Básica. Entende-se que a gestão deve centrar-se num modelo de relações horizontais com os setores da SME e a gestão das escolas e creches da rede municipal.

Esta tendência atual da Educação Especial fundamenta-se em legislações nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no Plano Nacional de Educação 10172/01; no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, no Decreto 3298/ 99 que trata da Política de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no Decreto 5296/04 que define a Política de Acessibilidade, no Decreto 6571/08, que reestrutura a Educação Especial e os recursos do Fundeb. Destaca-se também o fato do governo brasileiro ter sido signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência que reafirma os princípios da educação inclusiva, contidos na Declaração de Salamanca de 1994 e no Pacto de Educação para Todos de 1990.

A rede municipal possui 1675 alunos com necessidades especiais recebendo atendimento educacional em alguma modalidade de suporte da educação especial (sala de recursos ou classes especiais). Porém segundo dados relacionados ao Programa BPC na Escola existem 1131municípios com deficiência e carência social associada, dos quais somente 268 encontram-se recebendo algum atendimento educacional na rede, o que revela um déficit de quase mil vagas necessárias para atendimento a esta parcela de alunos.

A meta central para a gestão da Educação Especial é proporcionar acessibilidade como princípio e prática para redução das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais.



O plano de ação a curto, médio e longo prazo que decorre da meta central envolve um novo perfil da Equipe da Educação Especial, um perfil que se redefine da “implementação” para a “consultoria” de colaboração interna e externa.

O modelo de consultoria envolve ações descentralizadas nas unidades escolares com o gestor e equipes técnicas das escolas, buscando formação continuada dos professores de atendimento especializado e os de classes comuns. Novos profissionais de educação surgirão neste contexto como apoio: cuidadores, assistentes de LIBRAS, intérpretes de LIBRAS, especialistas em Braille, Orientação e Mobilidade no sentido da garantia dos direitos educacionais dos educandos.

A descentralização da tutela da Equipe de Educação Especial para a gestão escolar no sentido de que se fundamentem para organizar o projeto pedagógico inclusivo de cada unidade é o marco central deste processo. A criação do elemento elo da gestão pedagógica é outra perspectiva na política de descentralização. O elemento elo da equipe gestora acolherá os educandos com necessidades especiais desde o processo de matrícula, organizando com a equipe da escola e na interlocução com a consultoria da SME os suportes necessários na classe comum e no atendimento educacional especializado.

Neste sentido, é inconcebível uma ação centralizada em que as famílias de crianças e jovens com necessidades especiais necessitem aguardar dois ou três anos para uma vaga na escola. A presteza e celeridade devem ser qualidades a serem buscadas neste modelo de gestão.

A transversalização da ação da Educação Especial nos setores internos da SME é fundamental para o sentido da percepção de que este aluno “pertence” a todos e a todas as ações programáticas da secretaria: os laboratórios de informática, as salas de leitura, as salas de Artes, a Escola Aberta, “Mais Educação” e tantos outros que surjam nos ambientes escolares.

As escolas precisam se preparar e ter o que denominamos “potencial inclusivo” para receber um aluno com necessidade especial, seja na estrutura e no design das unidades reformadas ou construídas dentro dos moldes da ABNT, seja no preparo e formação do gestor, da equipe técnica, do professor de educação especial e o de classe comum.

Considerando que a escola é o coração de um bairro ela precisa se preparar para ser uma escola acolhedora da diferença e da diversidade.

Método:

As políticas públicas de educacionais, como enfatizado na introdução muitas vezes são implantadas sem uma perspectiva de análise ou um processo de avaliação institucional interna e externa que possam identificar os impactos de sua aplicabilidade na comunidade acadêmica e na sociedade no entorno das escolas. A pesquisa qualitativa participante e de caráter longitudinal permite não só a implantação de modelos inovadores de serviço, mas também o acompanhamento da própria política no ato da intervenção. A pesquisa participante é importante em seus aspectos metodológicos e epistemológicos porque o conhecimento é considerado como um instrumento essencial para medidas profundas, oportuniza também uma forma de ter seus problemas estudados, sendo uma de suas

pretensões contribuir para que as comunidades se tornem sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva.

Ainda, segundo Chiazooti, citado em Fernandes (2008) a pesquisa participante tem como pressuposto, subjacente à sua história, a democratização da produção do conhecimento e da sociedade e o desenvolvimento da justiça social. É um modelo e meio de mudança efetiva para a qual os sujeitos implicados devem elaborar e trabalhar uma estratégia de mudança social. Em relação à escola como instituição, Freire (1987) destaca o seu caráter histórico, uma escola que não pode ser rotulada como “boa” ou “má”, mas como um processo de construção histórica, um processo de “estar sendo historicamente construído”. Este caráter da pesquisa participante que foi tão utilizado nos anos 60, ainda se mostra extremamente eficaz na atualidade, refere-se principalmente ao *empowerment*, isto é, o empoderamento dos grupos socialmente excluídos.

Ao longo deste governo a metodologia participante será o fio condutor para implantação e avaliação da Gestão de Educação Especial.

O município de Duque de Caxias possui 170 unidades escolares (escolas e creches), sendo que em oitenta contamos com salas de recursos e algumas com classes especiais. Para cada unidade solicitou-se ao gestor a indicação por ofício de um elemento-elo da Equipe Diretiva que terá a função de promover e dinamizar o processo de inclusão escolar dos educandos com necessidades especiais. Na equipe central cada consultor terá a função de monitorar dez unidades escolares oferecendo suportes, visitas e as interlocuções necessárias, bem como as ações para implantação de suportes aos alunos.

Há encontros de formação continuada quinzenalmente para todos os professores das salas de recursos, mensal com os profissionais-elos além das visitas às unidades escolares e reuniões de estudo de caso. As equipes e professores são incentivados a relatarem suas experiências inovadoras, dúvidas para que possam servir de material reflexivo para todos os envolvidos no processo.

Discussão

Apresenta-se na discussão do estudo a análise reflexiva da equipe diretiva da Escola Municipal Tancredo Neves acerca do projeto pedagógico desenvolvido para os alunos com necessidades especiais. É uma escola situada no terceiro distrito do município de Duque de Caxias, em área rural e que possui alunos com deficiência intelectual e autismo incluídos nas classes comuns e recebendo suporte da sala de recursos.

Educar para “curiar”⁵

“Nossa escola chama-se Escola Municipal Tancredo Neves, e fica situada no bairro Parque Eldorado em Santa Cruz da Serra, segundo Distrito de Duque de Caxias. A escola possui uma sala de recursos, na qual vimos observando o quanto muitos dos responsáveis dos alunos que freqüentam este espaço escolar sentiam-se apenas no dever de somente fazê-los freqüentar os horários da sala de recursos sem conhecerem, entenderem e

⁵ Curiar-verbo intransitivo muito utilizado na região Nordeste do país com sentido de observar de forma curiosa.

acreditarem no trabalho que era desenvolvido ali com cada aluno, não visualizando assim qual seria a serventia para seus filhos da sala de recursos em suas vidas. Muitos alunos deixavam de freqüentar a sala de recursos, pois a família não possuía conhecimento do que se realizava com as crianças, se elas aprendiam ou não e assim acreditavam estarem perdendo seu tempo, acabando assim por muitas abandonarem a sala de recursos”.

A resignificação do espaço de sala de recursos através da participação de toda comunidade escolar e liderado pela Equipe Gestora promove uma ruptura entre uma visão dicotômica do especial e o inclusivo:

“E foi pensando nessa questão que nossa escola resolveu realizar reuniões periódicas com os responsáveis das crianças que estão matriculadas e que freqüentam a sala de recursos, estas seriam encontros para conversar sobre o desenvolvimento da criança de uma forma integral e positiva e não simplesmente apontar os aspectos negativos da mesma, concebemos não só pensar em falar com os pais utilizando um tom mais suavizado, mas também propor que a escola fosse vista de uma outra forma pelas famílias, como se fosse a nossa própria casa e por isso decidimos fazer um café da manhã com as famílias, algo bem mais íntimo e não superficial como temos visto tantas reuniões que são realizadas em nossas escolas, até porque nosso intuito realmente com isto era nos tornarmos mais próximos das famílias e assim queríamos que os responsáveis nos dessem maior crédito na educação das crianças com necessidades educativas especiais e que acreditassem na possibilidade de as crianças realmente aprender algo significativo com o suporte da sala de recursos, pois necessitávamos de que ocorresse uma verdadeira mudança na relação escola-família, e que esta relação não fosse mais vertical e sim horizontal”.

Outro aspecto de destaque que surge no depoimento da equipe gestora da escola é outra superação de dicotomia, aquela que separa a equipe de Coordenação de Educação Especial da SME e a equipe da escola, o relato reflete a parceria evidente:

“Nossa primeira reunião aconteceu no dia 30/06/2009, e pudemos contar com a participação de quase todos os responsáveis, com os alunos matriculados na sala de recursos, a equipe diretiva, consultores e Gestão da SME”.

A inclusão das novas tecnologias como metodologia de acompanhamento das práticas pedagógicas e do próprio desenvolvimento do aluno, supera também uma outra dicotomia entre escolas rurais e escolas urbanas. O acesso às tecnologias é um processo de inclusão e necessário a professores, alunos e comunidade:

“ Nesta reunião a professora de sala de recursos, pôde apresentou aos familiares mediante o uso de vídeo, o que cada criança realizava em seu período semanal na sala de recursos, mostrando-lhes o quanto cada criança havia evoluído com o trabalho realizado na sala de recursos. Os alunos se encantavam por se identificarem no vídeo, algo de pura magia e encantamento para eles, os responsáveis ficaram também encantados pela mesma magia

pois visualizaram o que seu filho realizava na sala de recursos a cada semana e assim nossa equipe propiciou as famílias um espaço para que colocassem as suas angústias, expectativas e solicitações a respeito do que se faz com as crianças. A professora Carolina apresentou aos pais seu fazer pedagógico na sala de recursos com cada uma das crianças, que a mesma atende, mostrando-lhes similitudes com o trabalho de uma classe regular, com uma rotina diária estruturada, o respeito a condição humana, a seleção criteriosa de materiais utilizados em sala de aula (materiais adequados e atraentes), um planejamento objetivo, verdadeiro, crítico, comprometido e que foi pensado junto com a equipe diretiva. Em sua prática procura acompanhar o conteúdo dado pela professora da classe regular e oferecer-lhe suporte, adaptando o currículo, mas não o minimizando, permitindo a cada criança da sala de recursos sua participação efetiva em todas as atividades da escola.”

Uma gestão inclusiva abre caminhos para novos projetos e desafios cada vez menos pontuados na deficiência e mais repletos de possibilidades:

“A equipe diretiva e o corpo docente de nossa escola iniciaram com os pais e ou responsáveis, com esta reunião da sala de recursos o que chamamos educar para o “curiar”, ou seja, educar para despertar a curiosidade por conhecer o que é feito com as crianças na sala de recursos e a partir da curiosidade levá-los a participarem cada vez mais da vida escolar dos educandos, propondo assim a inclusão familiar, o que acreditamos ser imprescindível a vida escolar de nossos alunos com necessidades educativas especiais. Entretanto, convém dizer que embora existam muitas leis que abordem e garantam a educação inclusiva de nosso aluno com necessidade educativa especial, elas por si mesmas não bastam para que a prática docente seja reformulada, e o atendimento as famílias também seja mudado, até porque estes não podem ser mudados apenas por intermédio de determinações legais, então para que existam tais mudanças é necessário uma gestão sensível a essa urgência da educação especial que de forma democrática possibilite a construção pelos docentes de uma prática pedagógica emancipatória e inclusiva não só da criança mas também inclusiva da família e que seja realista. Sem um gestor com esse perfil as coisas não funcionam por mais que se tenham boa vontade e conhecimentos. Em nossa escola podemos dizer que estamos caminhando para isso, para uma gestão que seja inclusiva, pois podemos ver ali na Escola Municipal Tancredo Neves uma gestão que tem procurado pensar junto o que precisamos para sair de nossa imobilidade e evoluir num atendimento a criança com necessidades educativas especiais e sua família um pouco mais sensíveis a condição humana”.

A perspectiva da Escola Inclusiva abre espaço para novas formas de percepção envolvendo todos num ciclo de ação, superação. O aluno é da escola e a escola do aluno. Todos da comunidade escolar se envolvem, mostram-se visíveis nas suas potencialidades:

“As famílias, com pouca ou nenhuma escolaridade desacreditavam no trabalho escolar desenvolvido com seus filhos com necessidades especiais, apenas como um momento de lazer para o filho. Por terem esta visão mais lúdica do trabalho, as faltas eram comuns, um

vai e volta, chegando, inclusive, à evasão escolar, atrapalhando, assim, a continuidade do trabalho sério desenvolvido pela professora da sala de recursos e pelas outras docentes nas turmas em que estes alunos estavam cursando a escolaridade. Após a referida reunião, quando os responsáveis puderam ter visibilidade de como e de que, efetivamente, é feito com os seus filhos na escola, o cenário mudou. Houve um resgate da auto-estima daquelas famílias, que resultou numa motivação de todos os envolvidos no processo: alunos (que também assistiram à reunião), docentes e equipe diretiva”.

O potencial da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva supera o processo de inclusão do aluno com necessidade especial, a escola inicia uma reflexão das práticas pedagógicas excludentes para todos os alunos e busca uma jornada benéfica a todos os alunos, com amplo envolvimento e engajamento de todos os profissionais de educação, não cabendo mais a dicotomia professor especial e professor regular, todos contribuem em seus diversos espaços de formação, formando elos:

“A partir daí, outras ações começaram a serem pensadas. Urgia repensar práticas, muitas cristalizadas devido à experiência docente de anos. Como exemplo, o ato de avaliar. Surgiu no Conselho de Classe seguinte a necessidade de uma discussão mais ampla sobre o assunto. Mais que discussão, as professoras clamavam por respostas. Percebemos, da parte delas, interesse, empenho, conhecimento das teorias, mas assim como nós, dificuldade de sincronizar teoria e prática. Surgiu, então, a busca por “elos”. Ora, elo não seria o nome dado a cada uma das partes que formam uma corrente? Não estaríamos nós, na formação de uma corrente que una forças e competências em busca de um resultado satisfatório para aquele que é o foco de nosso trabalho: o aluno? Portanto, a Equipe Pedagógica da escola resolveu buscar ‘elos’ para fortalecer a corrente. Com o apoio incondicional da equipe gestora da Secretaria de Educação, a Orientação Pedagógica pretende, com este projeto, buscar informações e dados concretos junto a áreas especializadas, que sirvam de subsídios de embasamento para a mudança na atuação da equipe escolar e dos familiares. Seria, então, a gestão escolar como elemento principal e motivador na formação de entrelaces e união em busca de um trabalho efetivo e eficaz com os alunos com necessidades especiais”.

Conclusão:

Embora o modelo de gestão da SME iniciado em janeiro de 2009 tenha apenas um semestre em aplicação, pode-se observar com a experiência participante apresentada pela escola os novos rumos possíveis de condução em política pública para alunos com necessidades especiais. A formação continuada dos professores de salas de recursos em encontros quinzenais e os encontros com os profissionais elos das unidades coordenados pela Equipe de Consultores da SME, e a troca de experiências são os pontos de destaque deste modelo de gestão.

O relato crítico da equipe diretiva da Escola Municipal Tancredo Neves demonstra que quando se trabalha na lógica do especial e do diferente, a resposta por vezes é ineficaz e a



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr - ISSN 2175-960X

própria família desacredita naquele espaço como um espaço potencial para aprendizagem de seus filhos. Por outro lado, a lógica da inclusão permite a melhoria da escola para todos, o repensar de práticas engessadas e cristalizadas, a revisão da avaliação e articulação da teoria à prática pedagógica.

Parafraseando o nome do projeto pedagógico da Escola Municipal Tancredo Neves, o modelo de gestão da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva deve caminhar na busca do “curiar”, da curiosidade pela transformação, pela adoção de novos projetos pedagógicos em que todos possam ser incluídos: alunos, familiares, docentes e equipe gestora. E a pesquisa participante será o fio condutor para implantação e disseminação desta política de gestão ao garantir a condição emancipatória dos sujeitos implicados no processo.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Declaração de Salamanca: enquadramento de ações para alunos com necessidades educativas especiais. Disponível no site www.mec.gov.br. Acessado em julho de 2007.

_____. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível no site www.mec.gov.br.

FERNANDES, E.M. Construtivismo e Educação Especial. Revista Integração. Ministério da Educação e Desporto/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, ano5- nº11, 1994

_____. Uma proposta de redimensionamento do atendimento educacional em rede pública de ensino a pessoas portadoras de retardo mental, 1992 in O Campo de Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia, Te Cora, Editora, 1997.

_____. A implantação do modelo pedagógico em educação especial no município de Duque de Caxias – Relato de Experiência. In: Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Ano 9, n. 20. São Paulo: Acontecimentos Culturais Impressão, 1989.

_____. Educação para todos – saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências. In: Benjamin Constant / MEC, ano 5, n. 14, p. 3- 10. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1999.

_____. & REDIG, SANTOS, CERQUEIRA, DOS SANTOS, MATOS. O Atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais nos sistemas municipais de ensino do Rio de Janeiro. In Resumos da 7ª Jornada de Educação Especial. Inclusão: Intenção e Realidade. FUNDEPE: Marília, 2004.

FREIRE. Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

PASCHOALICK, W. Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficientes mentais desenvolvido nas escolas de 1º grau da delegacia de Marília. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 135 pp, 1981.

SCHIELMANN, A. O uso de testes para avaliar as capacidades mentais: um erro conceitual. Anais do Simpósio Brasileiro de Pesquisas e Intercâmbio da ANPEPP. Rio Grande do Sul, 1989.



3 a 6 de novembro de 2009 - Londrina – Pr - ISSN 2175-960X

SCHNEIDER, D. Alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1985

STAINBACK & STAINBACK. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

YAMAMOTO, O. Educação especial – fracasso ou farsa? In: Educação em questão. Rio Grande do Norte: Editora Universitária, p 35-42, 1988.